

SUMÁRIO

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	08
Capítulo I- A Visão do Ser Humano na Psicologia Social.....	11
1. O Processo Grupal.....	17
2. O Papel Social e seu Desempenho no Meio.....	21
3. Os Processos Psicossociais da Exclusão.....	24
Capítulo II- A Inclusão Social Reduzindo as Desigualdades.....	26
1. Modelo Social da Deficiência.....	27
2. A Inclusão no Mercado de Trabalho.....	28
3. O Sistema de Colocação em Empregos.....	33
4. Vantagens do Portador de Deficiência.....	36
5. Principais Aspectos do Emprego Apoiado.....	38
Capítulo III- A Educação Especial Inclusiva e o Mercado de Trabalho.....	41
1. Fases do Trabalho	41
2. A Transição da Escola para o Trabalho.....	43
3. Idéias sobre Educação Inclusiva.....	44

Capítulo IV- O Compromisso do Plano Municipal de Educação de Francisco Morato com a Educação Especial.....	46
Considerações Finais.....	53
Referências Bibliográficas.....	54

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo realizar uma análise sobre as dificuldades de acessibilidade e da inclusão dos portadores de necessidades especiais ao serem inseridos no mercado de trabalho no município de Francisco Morato, sendo este considerado, dentre todos os municípios do Estado de São Paulo, um dos que sofre a maior exclusão social, segundo a coordenadoria de normas e estatísticas do Estado. Este dado justifica nosso interesse e a necessidade de colocarmos em discussão esta temática.

A sociedade tem sido criada e recriada muitas vezes pelas necessidades e pela manutenção do sistema capitalista que perpassa por vários problemas de aspecto político, econômico, cultural, modificando toda a estrutura social. Toda essa “evolução” da sociedade, necessária para manter o bom funcionamento do mercado e de suas estruturas políticas e econômicas, não cobre no seu todo os estragos sociais causados pela livre concorrência. Como consequência desse sistema, podemos perceber facilmente na figura do homem, enquanto ser sociável, todo um baluarte miserável e desonesto oferecido como modo de vida aos homens e suas famílias.

Nesta pesquisa percebemos que o indivíduo trabalhador é apenas um anexo ligado à máquina, tornando-se obsoleto frente à tecnologia oferecida pela ciência; obtendo como resultado o produto da sua produção o que o torna mais importante do que o próprio produtor que se vê preso ao mercado e ao capital.

Disciplinas como a Psicologia, Sociologia, Filosofia, História etc poderiam obter resultados mais concretos se dividissem os objetos entre si segundo uma ordem disciplinar, retornando após estudos a confrontar os resultados constituindo um todo mais claro e plausível.

Tendo como mote de observação os reflexos sociais, dedicamo-nos a uma pesquisa voltada para a inclusão do indivíduo com necessidades especiais. Este tema nos intrigou, pois, trabalhando na Superintendência dos Negócios da Educação e Cultura de Francisco Morato, como Assistente Técnico Pedagógico de Educação Especial, capacitamos professores da rede municipal, e pudemos observar a dificuldade encontrada por eles no que concerne à metodologia a ser utilizada em sala de aula para atender às necessidades desses alunos. Visto que o município de Francisco Morato é considerado uma cidade suburbana, relativamente pobre, sendo perceptível que essas pessoas apresentam uma grande dificuldade para lidar com assuntos que são externos ao meio comum, trataremos da inclusão do indivíduo com necessidades especiais no mercado de trabalho deste município. Buscamos analisar os indivíduos no contexto social, na vida familiar, na vida escolar e, por último, tentamos compreender quais as maiores queixas encontradas por alguns deles para terem acesso ao mercado de trabalho, uma vez que, para o sistema capitalista o que vale é a figura do “homem objeto”, capaz de gerar lucros ao burguês.

Para apresentar esta pesquisa e análise usamos como metodologia uma consulta bibliográfica que fundamenta seu aspecto teórico e um questionário que foi preenchido pelos funcionários incluídos no mercado de trabalho em Francisco Morato, assinalando suas queixas em relação às dificuldades encontradas para esta inserção ocorrer de fato. Esta apresentação se faz considerando-se quatro capítulos. O primeiro, “ A visão do ser humano na Psicologia Social”, traz a premissa de que todo grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção. O segundo “A inclusão social reduzindo as desigualdades faz referências à inclusão social voltada para o trabalho e seus principais aspectos inclusivos que buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. No terceiro, “ A educação especial inclusiva e o mercado de trabalho”, se referem ao estudo das

relações entre a educação inclusiva e o trabalho que aos poucos vão sendo lapidadas as velhas políticas sociais e outras novas e mais compatíveis surgem priorizando o “saber fazer” e o “como fazer” em suas salas de aulas. Finalizamos esse trabalho com “O compromisso do Plano Municipal de Educação de Francisco Morato com a Educação Especial”, onde apresentamos os dados obtidos após pesquisa em relação às dificuldades encontradas na inserção do deficiente no mercado de trabalho neste referido município e as ações tomadas para amenizá-las e tornar este cidadão verdadeiramente inserido no contexto social da qual faz parte.

CAPÍTULO I

A VISÃO DO SER HUMANO NA PSICOLOGIA SOCIAL

O ser humano é pensado também como universal. As sociedades humanas têm assim que buscar condições adequadas para o desenvolvimento pleno de uma humanidade contida em cada um de nós. Essa condição envolve obrigatoriamente a possibilidade da liberdade deste em ser livre para ser capaz de desenvolver plenamente suas vocações e possibilidades. A Psicologia adquire papel importante de vigilante desse desenvolvimento dos seres humanos, possuindo instrumentos adequados de mediação para detectar suas barreiras e suas potencialidades.

As relações sociais estabelecidas pelo ser humano são, ao mesmo tempo, passivas e ativas (determinadas e determinantes). Ser mais ou menos atuante como sujeito da história depende do grau de autonomia e de iniciativa que ele alcança. Assim, ele é história na medida em que se insere e se define no conjunto de suas relações sociais, desempenhando atividades transformadoras destas relações; o que implica necessariamente numa atividade prática e de inteligência, cuja unidade estabelecida por um processo de agente exclusivo é a atividade humana em suas diferentes formas, como afirma LANE (1989).

É dentro deste contexto que LANE (1989) analisa como a ideologia o conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões do mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado pelas suas ações sociais, principalmente políticas, está presente em atividades superestruturais da sociedade, como se reproduz a nível individual, levando-o a se relacionar socialmente de forma orgânica e reprodutora das condições de vida, bem como, no plano da ideologia, o indivíduo se torna consciente dos conflitos existentes no plano de produção de sua vida material. O homem, como ser ativo e inteligente, se insere historicamente em um grupo social

através da aquisição da linguagem, condição básica para a comunicação e o desenvolvimento de suas relações sociais, conseqüentemente, de sua própria individualidade. A linguagem, enquanto produto histórico traz representações, significados e valores existentes em um grupo social como tal, é veículo da ideologia do grupo, enquanto para o indivíduo é também condição necessária para o desenvolvimento de seu pensamento. Ressaltamos que nem todas as representações implicam necessariamente uma reprodução ideológica; esta se manifesta através de representações que o indivíduo elabora sobre o Homem, a Sociedade, a Realidade, ou seja, sobre aqueles aspectos da sua vida aos quais, explícita ou implicitamente, são atribuídos valores de certo-errado, de bom-mau, de verdadeiro-falso. No plano superestrutural, a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. (LANE, 1981, p. 56).

Se no plano sociológico é feita a análise da relação de dominação entre as classes sociais, definidas pelas relações de produção da vida material da sociedade, esta relação se reproduz através da mediação superestrutural, via instituições que prescrevem os papéis sociais e que determinam as relações sociais de cada indivíduo.

Ainda para LANE (ob cit), a alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de “naturalidade” aos fatos sociais; esta inversão do humano, do social, do histórico, como manifestação da natureza, faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso e de universal; neste processo a “consciência” é reedificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente. Torna-se necessário distinguir, em termos de níveis a consciência social.

O indivíduo consciente de si também tem consciência de sua pertinência a uma classe social; enquanto indivíduo, esta consciência se processa transformando as suas ações a ele mesmo; todavia, para sua atuação enquanto classe, ele necessariamente deve estar inserido em

um grupo que age enquanto tal. Permanece em aberto uma questão: o que ocorre com um indivíduo consciente em um grupo alienado? Ou seja, as contradições sociais estão claras, mas ele é impedido, a nível grupal, de qualquer ação transformadora. Não seria esta uma situação geradora de doença mental, como fuga de uma realidade insustentável? A questão da alienação-consciência só poderia ser analisada, no plano individual, enquanto processo que envolve pensamento e ação, mediados pela linguagem-produto e produtora da história de uma sociedade.

O homem age produzindo e transformando o seu ambiente, para tanto, ele pensa, planeja sua ação e, depois de executada, ela é repensada, avaliada, determinando ações subseqüentes, e este pensar se dá através dos significados transmitidos pela linguagem aprendida. Por outro lado, qualquer ação implica a uma não-ação, e elas só podem coexistir no pensamento; enquanto atividade ou o indivíduo age ou não-age, tornando o pensar uma atividade fundamental, prevendo conseqüências e levando a uma decisão que se transforma em ação ou não-ação. Opção feita, novamente ela é pensada em termos “e se... mas... portanto...”, ou seja, a contradição ou justificativa para a decisão tomada.

Esta justificativa, mediada pela linguagem, é um produto subjetivo que poderá estar reproduzindo a ideologia com conteúdos próprios às especificidades do indivíduo. A reprodução da ideologia como produto subjetivo de ação-pensamento tem raízes históricas, na medida em que a linguagem presente no pensar é um produto do grupo social ao qual o indivíduo pertence, mediando as relações sociais e reproduzindo, no conjunto de seus significados.

O pensar uma ação pode simplesmente reproduzir essa ideologia, na medida em que se submete ou a reproduz através de explicações do tipo “é assim que deve ser ou fazer?”

Porém, pensar uma ação pode ser um confronto das possíveis conseqüências tanto imediatas como mediatas. Este pensar recupera experiências anteriores, quando ações

transformaram o ambiente e outras, omitidas, mantiveram o *status quo*, apesar de ter havido uma necessidade que gerasse a contradição entre fazer/ não fazer. Refletir sobre estas contradições e suas conseqüências fará com que a ação decorrente seja um avanço no processo de conscientização. Se esta reflexão não ocorre, o pensar a ação se caracterizará por uma resposta pronta, tida como “verdadeira”, já elaborada pelo grupo, reproduzindo a ideologia e mantendo o indivíduo alienado.

Desta forma, o pensar ação/não-ação, agir/não agir e repensar o feito/ não feito trazem em si contradições que podem ser resolvidas através de uma explicação, de uma justificativa que encerra o processo com uma elaboração ideológica. Porém, se a contradição é enfrentada, é analisada criticamente e é questionada no confronto com a realidade, o processo tem continuidade, em que cada ação é renovada e repensada, ampliando o âmbito de análise e da própria ação, e tem como conseqüência a conscientização do indivíduo. Em contraposição, as respostas a ações habituais são exatamente aquelas que se reproduzem sem que ocorra o pensar, tanto antes como depois. Na medida em que estas ações implicam valores e relações sociais, elas estarão, obrigatoriamente, reproduzindo a ideologia dominante, mantendo as condições sociais, ou seja, elas não transformam nem as relações sociais do indivíduo nem a ele mesmo- é a persistência da alienação.

Há um ser humano “pronto” dentro de cada um de nós, como uma semente que tem o seu desenvolvimento já determinado, onde as condições climáticas poderão facilitar ou dificultar o seu desabrochar. No homem, as condições climáticas, sociais e culturais poderão contribuir para o desenvolvimento de potencialidades naturais ou dificultar, ou mesmo impedir o seu “desabrochar”. Esta visão naturalizante do ser humano e de seu desenvolvimento psíquico é característica da maioria das teorias psicológicas do nosso tempo.

O ser humano é pensado também como universal. As sociedades humanas têm assim que buscar condições adequadas para o desenvolvimento pleno de uma humanidade contida

em cada um de nós. Essa condição ideal envolve obrigatoriamente a possibilidade da liberdade deste em ser livre para ser capaz de desenvolver plenamente suas vocações e potencialidades. A Psicologia adquire papel importante de vigilante desse desenvolvimento dos seres humanos, possuindo instrumentos adequados de mediação para detectar as barreiras e as potencialidades do indivíduo.

É interessante notar que, como o fenômeno psicológico é algo que resulta desta interação, ele acaba também sendo visto como algo que independe de nós; acaba sendo, como uma entidade que atormenta, restringe, possibilita, enriquece, movimenta-se, desenvolve-se, tem vocação, destino, percurso próprio e realização a cumprir. Apesar de enclausurado no indivíduo, é pensado como algo que tem vida própria; algo, dentro de nós, que nos é desconhecido e que acaba nos guiando em nossos comportamentos. Algo que precisa ser domado e a Psicologia surge como ciência e a prática capaz de contribuir para isso.

A prática psicológica de forma coerente tem sua ênfase na doença, nas dificuldades, nos desequilíbrios e desajustes dos quais sofrem os homens a partir do contato com este meio, fonte da corrupção do que há de melhor nele. Portanto, se definirá como uma intervenção sempre terapêutica, na direção da cura que é, em última análise, uma intervenção que busca contribuir para que o que há de “verdadeiro” nele se manifeste, para que as potencialidades humanas, presentes naturalmente em cada um de nós, possam ter expressão, apesar dos males do mundo, e para que conheçamos esses elementos que nos são íntimos, mas desconhecidos. Toda a realidade social é vista sempre com cautela, pois estão ali as condições impeditivas para o desenvolvimento natural do ser humano. Assim, vamos encontrar uma visão moralizante em nossas práticas profissionais, isto é, a finalidade de nossas intervenções estará colocada no nível de resgatar potencialidades e vocações, estas definidas a partir de concepções abstratas sendo natural vistas como: cooperativo, capaz, carente de amor, honesto, compreensivo, etc.

A saúde psicológica, segundo BOCK (2007), é entendida como um conjunto de condições apresentadas pelo indivíduo que lhe permitem a adaptação ao meio social e físico, características do seu comportamento ou do seu mundo psíquico que lhe permitem comportar-se e estar no mundo de forma adaptada. São visões morais e médicas da saúde que as definem como autoconfiança, abertura para experiências, criticidade, compreensão, capacidade de amar e trabalhar, sentimento de utilidade, autonomia para ser feliz, exercício de cidadania, equilíbrio, ajustamento, etc. Raramente vamos encontrar concepções de saúde que façam uma relação direta com as condições de vida dos homens; ao contrário, elas estão carregadas da noção de que a saúde depende do esforço próprio dele na busca de sua felicidade.

É importante frisar que esta visão liberal de ser humano não foi inventada pela e na Psicologia. O Liberalismo, solo ideológico do capitalismo, surgiu em nossa civilização para dar sustentação à revolução burguesa que para derrubar a ordem feudal necessitava transformar os valores sociais. A idéia de que cada indivíduo é um ser moral que possui direitos inalienáveis, derivados de sua própria humanidade, dotado de potencialidades e que deve ser livre para desenvolvê-las, foi o substrato ideológico que contribuiu para a reversão de uma sociedade estática, hierarquizada, onde os homens recebiam as verdades já prontas e só lhes restava acatar os valores estabelecidos.

O capitalismo precisava movimentar esse mundo, questionar as certezas, quebrar as hierarquias feudais, para que uma nova classe social ascendesse ao poder e pudesse pôr em movimento forças jamais imaginadas.

O individualismo tornou-se o valor central desta ideologia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) marcou o triunfo do indivíduo na história e o Direito Moderno trouxe a certeza de que os princípios fundamentais da constituição do Estado e da sociedade devem estar baseados nas qualidades inerentes ao homem, considerado como ser autônomo e independente de todo e qualquer vínculo social ou político. Os homens passarão a ser

tratados, não como seres sociais, mas como indivíduos que se bastam a si mesmos enquanto dotados de razão. O homem conquistou a sua privacidade, o segredo, a individualidade e seu espaço privado.

No entanto, segundo LANE (1989), há uma tendência oposta a esta concepção, que se mantém em nosso meio como resistência à visão liberal. É a visão sócio-histórica que vê o ser humano em contraposição ao homem natural, como histórico, isto é, como alguém que se constitui nas relações sociais, no manejo dos instrumentos culturais e na apropriação da linguagem.

Ele é visto como alguém em permanente transformação e que se constitui a partir das possibilidades conquistadas pela humanidade. Um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações e que precisa perceber o “pântano” em que está imerso para compreender a si mesmo; conhecer as condições históricas que o cercam para superar as armadilhas ideológicas para, assim, atuar de forma crítica e transformadora no mundo.

O fenômeno psicológico é visto também como histórico. Surge e se constitui a partir das relações deste ser com o mundo físico e social. Todos os elementos internos, do mundo psicológico, são forjados nessas relações. A saúde psicológica é vista como possibilidade de transformação da realidade; como capacidade de enfrentamento da realidade e suas possibilidades estão diretamente relacionadas às condições oferecidas pelo meio social, suas possibilidades de reflexão sobre a realidade e, conseqüentemente, a construção de projetos coletivos.

1. O Processo Grupal

Partiremos do princípio de que a Psicologia Social deve dar ao ser humano, subsídios para que este tenha consciência de sua pertinência numa classe social e sua inserção no grupo

em que atua e age. Assim, refletiremos sobre estes meios dentro de uma visão ideológica num processo grupal, estudando os diferentes tipos de grupos e a função que cada um exerce sobre si e sobre os outros.

Tradicionalmente, de acordo com LANE (1989), os estudos sobre pequenos grupos estão vinculados à teoria de K. LEWIN, que os analisa em termos de espaço topológico e de sistemas de forças, procurando captar a dinâmica que ocorre quando pessoas estabelecem uma interdependência, seja em relação a uma tarefa proposta (sócio-grupo), seja em relação aos próprios membros em termos de atração, afeição (psico-grupo).

É nesta tradição que conceitos como os de coesão, liderança, pressão de grupo foram desenvolvidos em base de observações e experimentos. Têm-se, assim, descrições de processos grupais que permitem apenas a reprodução, através da aprendizagem de grupos produtivos para o sistema social mais amplo. LANE (1989) observa que os estudos sobre pequenos grupos, nesta abordagem, têm implícitos valores que visam reproduzir os de individualismo, de harmonia e de manutenção. A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social. O grupo coeso, estruturado, é um grupo ideal, acabado, como se os indivíduos envolvidos estacionassem e os processos de interação pudessem se tornar circulares. Em outras palavras, o grupo é visto como ahistórico numa sociedade também ahistórica. A única perspectiva histórica se refere, no máximo, à história da aprendizagem de cada indivíduo com os outros que constituem o grupo.

É através da análise que se torna possível o conhecimento da segmentaridade do grupo e da sua autonomia, bem como de seus limites, condição para um grupo se tornar grupo-sujeito, isto é, aquele que percebe a mediação institucional, objetiva e conscientemente.

Dentro de uma proposta dialética, temos a teoria de PICHON-RIVIÈRE (1980:56), para quem o grupo é:

“um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa a qual constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de atribuição e assunção de papéis”.

Pichon-Riviére desenvolve uma técnica operativa para instrumentar a ação grupal visando a resolução das dificuldades internas dos sujeitos, que provém de ansiedades geradas pelo medo da perda do equilíbrio alcançado anteriormente e do ataque de uma situação nova (desconhecida), medos estes que criam uma resistência à mudança, dificultando os processos de comunicação e aprendizagem.

LANE (1989) afirma que a técnica visa uma análise sistemática das contradições que emergem no grupo, através da compreensão das ideologias inconscientes que geram a contradição e ou estereótipos no processo da produção grupal. Para tanto, o grupo parte da análise de situações cotidianas para chegar à compreensão das pautas sociais internalizadas que organizam as formas concretas de interação, ou seja, das relações sociais e dos sujeitos inseridos nessas relações.

O Grupo Operativo é aquele que estabelece uma relação significativa entre duas ou mais pessoas e que se processa através de ações encadeadas. Esta interação ocorre em função de necessidades materiais ou psicossociais e visa a produção de suas satisfações. A produção do grupo se realiza em função de metas que são distintas de metas individuais e que implicam, necessariamente, cooperação entre os membros. Neste processo, o primeiro estágio seria o de grupo aglutinado, no qual há um líder que propõe ações conjuntas e do qual os membros esperam soluções; é um grupo de baixa produtividade. Num segundo estágio, temos o grupo possessivo, onde o líder se torna um coordenador de funções, onde as tarefas exigem a

participação de todos levando a maior interação e conhecimentos mútuos. (LANE, ob cit.).

No terceiro estágio, temos o grupo coesivo, onde há uma aceitação mútua dos membros, o líder se mantém como coordenador e a ênfase do grupo está na manutenção da segurança conseguida, vista como um privilégio. É um grupo que tende a se fechar, evitando a entrada de novos elementos.

Por fim, há o grupo independente, com a liderança amplamente distribuída, pois o grupo já acumulou experiências e aprendizagens; os recursos materiais aumentam e as metas fundamentais vão sendo alcançadas, surgindo outras novas que visam o desenvolvimento pleno dos membros e das pessoas que se relacionam com o grupo. É um grupo onde as relações de dominação são minimizadas e a coordenação das atividades tende para a autogestão (LANE, ob cit.).

Uma postura tradicional é vista em vários grupos cuja função é apenas a de definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos, a de garantir a sua produtividade, pela harmonia e manutenção das relações apreendidas na convivência.

Segundo ainda LANE (ob cit.), o autor que estamos evidenciando, para conhecer o grupo, ou seja: 1) o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas; 2) o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo grupal, em vez de grupo.

Destas premissas decorre que todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que sem um enfoque histórico não é captada. De fato, o estudo fracionado de pequenos grupos tem endossado os aspectos ideológicos inerentes ao grupo como naturais e universais, reproduzindo, assim, ideologia com roupagem científica.

Mesmo antes do nascimento, o homem desenvolve-se biologicamente numa relação direta com seu meio ambiente, o que significa que se tornar homem está intimamente ligado com um ambiente, que não pode ser visto como “natural”, mas como um ambiente construído pelo homem. Assim, a relação homem-meio implica a construção recíproca do homem e do seu meio, ou seja, o ser humano deve ser visto como produto de sua relação com o ambiente como produto humano, sendo, então, basicamente social.

Na sua obra *O que é Psicologia Social*, LANE (1981) considera que a abordagem psicológica do ser humano teria de enfatizar, para uma compreensão completa do homem, uma macro e microanálise, em que a primeira abrangeria todo o contexto social, estrutura, relações etc e a segunda se direcionaria para o homem formado por este contexto, portanto, agindo, percebendo, pensando e falando segundo as determinações desse contexto que, atuando como mediações, foram internalizadas pelo ser humano.

Sendo assim, o indivíduo, na sua relação com o ambiente social, interioriza o mundo como realidade concreta, subjetiva, na medida em que é pertinente ao indivíduo em questão, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos. Esta interiorização-exteriorização obedece a uma dialética em que a percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção das coisas existentes.

Isto significa que, a capacidade de resposta do homem decorre de sua adaptação ao meio no qual se insere, sendo que as atividades tendem a se repetir quando os resultados são positivos para o indivíduo, fazendo com que estas atividades se tornem habituais.

2. O Papel Social e seu Desempenho no Meio

O estabelecimento de papéis a serem desempenhados leva à sua cristalização, como

por exemplo, o papel da mulher enquanto forma de ser e agir. Essa cristalização faz com que os papéis sejam vistos como tendo uma realidade própria, exterior aos indivíduos que têm de se submeter a eles, incorporando-os. Esta incorporação dos papéis pelos indivíduos realiza-se sob a forma de crenças e valores que mantêm a diferenciação social, visto estar fundamentalmente na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho.

Desta forma, o mundo social e institucional é visto como uma realidade objetiva, concreta, esquecendo-se que essa objetividade é produzida e construída pelo próprio homem.

Cabe à Psicologia apreender como se dá a internalização da realidade concreta e como ela faz a mediação na determinação dos comportamentos do indivíduo.

O ponto inicial do processo se dá a partir do nascimento do homem, sem condições físicas que permitam a sua sobrevivência isoladamente, o que exige uma disponibilidade para a sociabilidade, para tornar-se membro de uma sociedade. A introdução do homem na sociedade é realizada pela socialização, inicialmente primária e posteriormente secundária.

Em nossa sociedade, a socialização primária ocorre dentro da família, e os aspectos internalizados serão aqueles decorrentes da inserção da família numa classe social, através da percepção que seus pais possuem do mundo, e do próprio caráter institucional da família.

Podemos, então, verificar que toda análise que se fizer do indivíduo terá de se remeter ao grupo a que ele pertence, à classe social, enfocando a relação dialética homem-sociedade, atentando para os diversos momentos da relação.

Neste sentido, afirma LANE (1989), que representações adquiridas da sociedade e a consciência de si e do outro são sempre, num primeiro momento, fundamentalmente desencontradas das determinações concretas que as produzem. Há sempre dois níveis operando: o da vivência subjetiva marcada pela ideologia, onde cada um se representa como indivíduo livre, capaz de se autodeterminar, “consciente” de sua própria ação e representação; e a da realidade objetiva, onde as ações e interações estão sempre comprimidas e amalgamadas

por papéis sociais que restringem essas interações ao nível do permitido e do desejado (em função da manutenção do *status quo*). O nível da vivência subjetiva reproduz a ideologia do capitalismo (o individualismo, o *self-made-man*), o nível da realidade objetiva reproduz o cerne do sistema, ou seja, a relação dominador-dominado, explorador-explorado.

Todo grupo ou agrupamento existe sempre dentro das instituições, que vão desde a família, a fábrica, a universidade até o próprio Estado. Neste sentido, é fundamental a análise do tipo de inserção do grupo no interior da instituição; se foi um grupo criado pela instituição, com quais funções e finalidades ou se surgiu espontaneamente, quais condições presidiram seu surgimento, se foi no sentido de manutenção ou de contestação dessa mesma estrutura institucional.

A história de vida de cada membro do grupo também tem importância fundamental no desenrolar do processo grupal. Para fins de observação e análise, entretanto, poder-se-ia dizer que a história de cada um acha-se condensada, no grupo, pelo sistema de papéis que ele assume e desempenha no decorrer do processo. Ou seja, a história de cada um presentifica-se pelas formas concretas através das quais ele age, se coloca, se posiciona, se aliena, se perde ou se recupera ao longo do processo.

O grupo social é condição de conscientização do indivíduo e, por outro, a sua potência através de mediações institucionais, na produção de relações sociais historicamente engendradas para que sejam mantidas as relações de produção em uma dada sociedade. Outro ponto importante para o processo grupal e para superação das contradições existentes é a necessidade de o grupo analisar-se enquanto tal. O grupo que apenas executa tarefas sobre transformações, que não são resgatadas conscientemente pelos membros, ele apenas se reajusta, sem que ocorra qualquer mudança qualitativa nas relações entre seus membros.

3. Os Processos Psicossociais da Exclusão

Neste momento, examinaremos a especificidade da abordagem psicossocial e o modo através do qual a Psicologia Social tenta dar conta das relações sociais, no espaço de interação entre as pessoas e os grupos, a partir de um laço social.

A noção de exclusão compreende fenômenos tão variados que nós podemos nos perguntar até onde se justifica falar ou tratar de exclusão em geral, o que suporia juntar todos os processos que ela implica ou todas as formas que ela toma. Até onde é legítimo relacionar a exclusão ao racismo, ao desemprego, aos conflitos internacionais ou ainda a um estado de incapacidade física ou mental, etc

Segundo JODELET apud SAWAIA (2004:53): *”... a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica”*.

Como se pode ver o autor espera no mínimo que se revele o estudo das relações sociais nos processos marcados por diferentes alternativas de exclusão. E é sobre isso que a Psicologia Social pôde, e pode ainda, trazer uma contribuição original para a análise deste tipo de fenômeno.

O modo através do qual a Psicologia Social tenta dar conta das relações sociais apresenta dupla característica. Uma, consiste em focalizar as dimensões ideais e simbólicas e os processos psicológicos e cognitivos que se articulam aos fundamentos materiais dessas relações. A outra, aborda estas dimensões e processos, considerando o espaço de interação entre pessoas ou grupos, no seio do qual elas se constroem e funcionam. É o mesmo que dizer que essa abordagem pressupõe a existência de um laço social perverso. E é aí que ela pode ter

alguma coisa a dizer sobre a exclusão.

Em se tratando de exclusões socialmente produzidas JODELET (ibidem) afirma que a Psicologia Social não opõe um tipo de interpretação (psicológica) a um outro (sócio-histórico, cultural e econômico), mas tenta compreender de que maneira as pessoas ou os grupos que são objetos de uma distinção são construídos como uma categoria à parte. Referindo-se a dinâmicas psíquicas ou a processos cognitivos, tais modelos colocam em jogo noções elaboradas no seio da Psicologia Social, como as de preconceito, estereótipo, discriminação, identidade social, ou ainda apelam, através da análise dos discursos sociais, às representações sociais e à ideologia.

Podemos trazer para realidade dos deficientes com necessidades especiais as mesmas exclusões: do trabalho e da produção econômica, da sexualidade e da reprodução, da linguagem e da palavra e das atividades lúdicas como jogos e festas. Recolhidos, colocados em “lugar seguro”, protegidos, até que ponto os deficientes são vistos pela sociedade como alguém que tem um lugar “dentro” das diferentes dimensões, do qual fazem parte e podem exercer suas potencialidades? Ou, de uma forma natural e preestabelecida, são vistos como incapazes de trabalhar, de ter sua sexualidade e dela usufruírem, de assegurar sua palavra, de ter seu espaço lúdico? Não estarão também os deficientes de uma forma mais mascarada, excluídos e separados da estrutura geral da sociedade?

A exclusão está ligada ao gesto originário de separação sobre o qual se instala uma cultura e que se desenvolve através do tempo, indefinidamente se reproduzindo por formas as mais diversas do que apenas as da repetição. A exclusão se faz por meio das instituições, dos regulamentos, dos saberes, das técnicas e dos dispositivos, entretanto, saliento que este assunto não se esgota aqui, pois retomaremos quando tratarmos da inclusão do deficiente no mercado de trabalho em Francisco Morato.

CAPÍTULO II

A INCLUSÃO SOCIAL REDUZINDO AS DESIGUALDADES

Neste capítulo serão analisados aspectos de como a sociedade brasileira é composta de normas reguladoras que perpetuam um mecanismo pacífico e de limitação que impedem o deficiente com necessidades especiais em estar participando de uma sociedade que se diz democrática, mas que os impede de atuar ativamente nela, mantendo assim o *status quo*.

Portanto, ao invés de neutras, as ações políticas dos dirigentes são intencionalmente organizadas para proteger, assistir, manipular e perpetuar a dependência das pessoas com necessidades especiais, situadas no conjunto das classes trabalhadoras e subalternas da sociedade. Tomando-as mais dependentes, incapazes, assexuadas, sem desejos, passivas, enfim, indiferentes aos direitos e conquistas já produzidos por homens e mulheres que se julgam responsáveis pela construção da ordem social, tais ações perpetuam a cada dia mais a desigualdade social.

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1995: 3).

Cabe ressaltar que a prática inclusiva social precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, valorizando a aceitação das diferenças individuais dentro da diversidade humana e enfatizando a aprendizagem através da cooperação. Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de

uma verdadeira sociedade para todos - a sociedade inclusiva.

1. Modelo Social da Deficiência

Afirma SASSAKI (1999: 32) que o modelo social da deficiência e os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidade no desempenho de papéis sociais em virtude de:

- Seus ambientes restritivos;
- Suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças;
- Seus discutíveis padrões de normalidade;
- Seus objetos e outros inacessíveis do ponto de vista físico;
- Seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea;
- Sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que têm essas necessidades;
- Suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

Cabe, portanto, a todos nós eliminarmos não somente as barreiras físicas, mas principalmente as atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

O conceito “rejeição zero” ou “exclusão zero”, inicialmente, consistia em não rejeitar uma pessoa para qualquer finalidade, por exemplo: emprego, terapia ou educação, com base no fato de que ela possuía uma deficiência ou por causa do grau de severidade dessa deficiência. Mais tarde, o conceito passou a abranger as necessidades especiais,

independentemente de suas causas. Dessa forma, o conceito de “rejeição zero” vem revolucionando a prática das instituições assistenciais, habituadas a utilizarem critérios de elegibilidade que excluem pessoas cujas deficiências ou necessidades especiais não possam ser atendidas pelos programas ou serviços disponíveis, o que é lógico pela ótica tradicional (SASSAKI, 1999).

À luz do princípio da “exclusão zero”, porém, as instituições são desafiadas a serem capazes de criar programas e serviços internamente ou de buscá-los em entidades comuns da comunidade a fim de melhor atenderem as pessoas portadoras de deficiência. As avaliações (sociais, psicológicas, educacionais, profissionais, etc) devem trocar sua finalidade tradicional de diagnosticar e separar pessoas, passando para a moderna finalidade de oferecer parâmetros em face dos quais as soluções são buscadas para todos.

2. A Inclusão no Mercado de Trabalho

Podemos observar e concordar com SASSAKI (1999) que o mercado de trabalho pode ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados empenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos; e de outro, os empregadores, praticamente despreparados e desinformados a cerca da deficiência de seus empregados.

Esse autor explicita algumas fases que se seguiram do movimento da exclusão à inclusão:

► Fase da Exclusão

Nesta fase a pessoa portadora de deficiência não tinha acesso nenhum ao mercado de trabalho competitivo, pois se considerava crueldade a idéia de pessoas deficientes trabalharem. E empregarem deficientes era tido como uma forma de exploração, na qual deveria ser condenada por lei. Tais crenças eram resultantes não só da ideologia protecionista

para com os deficientes, mas também do fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais ainda não haviam descoberto as possibilidades laborativas das pessoas deficientes.

Recentemente, as pessoas deficientes têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos, como por exemplo: falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho.

► Fase da Segregação

Nesta fase empresas ofereceram trabalhos para serem executados por pessoas deficientes no interior das instituições filantrópicas, entre elas as oficinas protegidas de trabalho e também no próprio domicílio. Era uma oferta de empregos, havia elos de sentimentos paternalistas e também com certo objetivo de lucro fácil por parte das empresas, que assim podiam usar uma mão-de-obra barata e sem vínculos empregatícios. Infelizmente, essa prática ainda acontece em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Cabe aqui introduzir o pensamento de CORREIA (1990:124):

“na realidade cotidiana dessas pessoas ainda predomina a dependência econômica, ou seja, uma vez que a grande maioria não possui renda própria, o subemprego e a estagnação profissional são fatores que contribuem para que se mantenham à margem da vida nacional, sem chances de participação social e estigmatizadas”.

► Fase da Integração

Esta apresenta três formas aplicadas em relação aos trabalhadores portadores de deficiência, segundo assinala SASSAKI (1999):

- Pessoas deficientes são admitidas e contratadas em órgãos públicos e empresas particulares, desde que tenham qualificação profissional e consigam utilizar os espaços físicos e os equipamentos das empresas sem nenhuma modificação, ou seja, não há alteração no ambiente.

- Pessoas deficientes, após seleção, são colocadas em órgãos públicos ou empresas particulares que concordam em fazer algumas modificações, por motivos práticos e não necessariamente pela causa da integração social.
- Pessoas deficientes trabalham em empresas que as colocam em setores exclusivos, portanto, segregativos com ou sem modificações, de preferência afastados do contato com o público, ocorrendo uma alteração significativa tanto no local, quanto na força de trabalho.

Vemos que em todas as formas de integração os empregados ou funcionários com deficiência podem ser envolvidos em programas de desenvolvimento de recursos humanos e ou promovidos, seja por motivos de inacessibilidade ambiental seja por ignorância da própria organização.

► Fase da Inclusão

Atualmente, a fase da inclusão tende a enfrentar o desafio da produtividade e da competitividade, não havendo mais batalhas e muito menos vencedores e vencidos, pois surge o panorama da empresa inclusiva.

Hoje mais do que nunca, várias empresas proporcionam as condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de seus trabalhadores que têm necessidades especiais diversificadas.

No Brasil, a inclusão vem sendo praticada em pequena escala por algumas empresas, mesmo sem saberem que estão na realidade adotando uma abordagem inclusivista. Tudo começou com pequenas adaptações especificamente no posto de trabalho e nos instrumentais de trabalho, com o apoio daqueles empregadores compreensivos que reconheciam a necessidade de a sociedade abrir mais espaços para pessoas deficientes com qualificação para o trabalho e desejavam sinceramente envolver suas empresas no esforço de empregá-las modificando suas estruturas.

SASSAKI (1999) enfatiza que uma empresa inclusiva é, então, aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão etc. Uma empresa pode tornar-se inclusiva por iniciativa e empenho dos próprios empregadores, que para tanto buscam informações pertinentes ao princípio da inclusão, e ou com a assessoria de profissionais inclusivistas que atuam em entidades sociais.

Cabe ressaltar quais são os fatores internos de uma empresa que facilitam o portador de deficiência assinalados por esse autor (ob cit.):

- Adaptação de locais de trabalho (acesso físico)
- Adaptação de aparelhos, máquinas, ferramentas e equipamentos
- Adaptação de procedimentos (fluxo) de trabalho
- Adoção de esquemas flexíveis no horário de trabalho
- Adoção de programas de emprego apoiado
- Revisão das políticas de contratação de pessoal
- Revisão das descrições de cargos e das análises ocupacionais, etc
- Revisão dos programas de integração de empregados novos
- Revisão de programas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos
- Revisão da Filosofia da empresa
- Capacitação dos entrevistadores de pessoal
- Criação de empregos a partir de cargos já ocupados
- Realização de seminários internos de sensibilização das chefias
- Cumprimento das recomendações internacionais e da legislação nacional pertinente ao trabalho
- Adoção do esquema paralelo de trabalho domiciliar competitivo

- Adoção de esquemas de prevenção de acidentes e moléstias ocupacionais
- Informatização da empresa
- Participação da empresa em conselhos municipais e estaduais pertinentes ao portador de deficiência
- Aquisição, e ou facilitação na aquisição, de produtos da tecnologia assistiva que facilitem o desempenho profissional de empregados com deficiências severas.
- Participação da empresa no sistema de colocação em empregos competitivos

SASSAKI (ob cit.) também apresenta algumas medidas que considera essenciais e que as empresas devam adotar para se tornarem inclusivas:

- **Filosofia da Empresa**

Deve-se conhecer a tendência mundial de se criar oportunidades iguais de emprego para pessoas deficientes, acreditando que a empresa precisa contratar candidatos, deficientes ou não, que possam desempenhar bem as funções essenciais dos empregos em oferta e não necessariamente as funções secundárias também.

- **Recrutamento de Trabalhadores**

Informar entidades de reabilitação e associações de pessoas deficientes assim que houver vagas, utilizando-se do mesmo processo para recrutar pessoas com ou sem deficiência.

- **Seleção de Candidatos**

Deve-se treinar o pessoal de seleção para que conduza as entrevistas com atitudes abertas e justas, utilizando-se do mesmo critério para selecionar candidatos com ou sem deficiência para a qualificação da função pretendida.

- **Contratação da Mão-de-Obra**

Contratar atendo às necessidades da empresa e ao perfil da pessoa deficiente , não por aquilo que ela não pode fazer, mas sim aquilo que ela pode fazer.

- **Inserção de Novos Empregados**

Preparar tecnicamente a chefia e os colegas do setor onde a pessoa deficiente trabalhará realizando programas de integração de todos os funcionários do setor.

- **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Realizar reuniões e seminários internos de sensibilização para desenvolver habilidades de lidar com a questão das deficiências e incluir o trabalhador portador de deficiência em planos de promoção de carreira em igualdade de condições com os demais trabalhadores.

- **Legislação Sobre Pessoas Deficientes**

Inserir pessoas deficientes na empresa por estarem capacitadas e não apenas para cumprir as leis vigentes.

- **Adaptação do Trabalho e Modificação de Máquinas**

Promover ajustamento em alguns dos procedimentos de trabalho e proceder com pequenas modificações em equipamentos e máquinas, quando se fizerem necessárias.

- **Prevenção de Acidentes e Moléstias Ocupacionais**

Incluir um trabalhador com deficiência na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, bem como os portadores de cadeira de rodas nos treinamentos de escape do prédio em caso de incêndio.

- **Eliminação de Barreiras Físicas na Empresa**

Conhecer e aplicar os dispositivos da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre a acessibilidade e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

3. O Sistema de Colocação em Empregos

No Brasil, por volta de 1950, se iniciou a prática da colocação de pessoas deficientes no mercado de trabalho competitivo. Durante cerca de 30 anos (1950-1980), o caminho principal para a colocação profissional eram os centros de reabilitação, onde geralmente havia

um setor específico de orientação profissional. Este setor não só orientava e participava do processo de avaliação do potencial laborativo dos clientes que faziam reabilitação, como também acompanhava a fase de treinamento profissional e, finalmente, efetuava a colocação em emprego. Nesse mesmo período, foi também importante, no esforço de colocação profissional, a participação de escolas especiais, centros de habilitação, oficinas protegidas de trabalho e centros ou núcleos de profissionalização (SASSAKI,1999).

É oportuno registrar que, em todas as épocas, sempre houve também a prática da autocolocação, ou seja, a colocação conseguida pelo próprio portador de deficiência com ou sem ajuda de instituições.

A partir da década de 80, foram surgindo outros caminhos para a inserção das pessoas com deficiência na força de trabalho. As associações de pessoas deficientes, não só as que já existiam, mas também as que surgiram desde então, vêm desempenhando um destacado papel na abertura do mercado de trabalho sob o amparo de seus direitos de cidadania. E mais recentemente, o surgimento de centros de vida independente vem ajudando a consolidar a garantia destes direitos, principalmente oferecendo aos portadores de deficiência oportunidades de conquistar o poder de fazer escolhas e de tomar decisões a fim de melhor controlarem as suas vidas.

Assim, a presença da pessoa com deficiência no mercado de trabalho se dá por duas vias principais: a autocolocação direta ou a colocação através de instituições especializadas, de associações de pessoas deficientes e centros de vida independente.

Esses serviços são uma forma de operação estrategicamente simplista, pois assim que alguém com deficiência, qualificado para um emprego competitivo, se torna um candidato à procura de colocação no mercado de trabalho, a entidade que o assiste vai abordar empresas que estejam oferecendo vagas supostamente compatíveis com o perfil desse candidato e trata de acompanhá-lo até a sua efetiva colocação.

Segundo SASSAKI (1999:73) deve-se colocar em ampla discussão uma proposta de normatização de um Sistema de Colocação em Empregos Competitivos. Esse sistema poderia começar a ser implantado em uma cidade ou um Estado para depois, gradativamente, alastrar-se por todo o Brasil, portanto, as principais organizações participantes deste sistema seriam:

- Empresas de todos os ramos de atividade (agropecuária, indústria, comércio e serviços)
- Órgãos governamentais (federais, estaduais ou municipais) enquanto empregadores;
- Órgãos governamentais (federais, estaduais ou municipais) enquanto encaminhadores de pessoas deficientes ao mercado de trabalho;
- Escritórios federais de reabilitação (a serem criados);
- Entidades particulares que ofereçam, à sua clientela portadora de deficiência, programas profissionalizantes ou serviço de colocação;
- Escolas comuns e escolas especiais que tenham programas profissionalizantes ou serviço de colocação de estudantes portadores de deficiência tanto em estágio como em empregos competitivos;
- Agências de emprego.

As empresas e os órgãos governamentais, sabedores deste sistema, dariam atendimento prioritário aos candidatos encaminhados pelas organizações participantes do sistema com os respectivos Planos de Individualizados de Colocação.

A inclusão no mercado de trabalho competitivo não é um sonho impossível de ser realizado, desde que os empregadores sejam tratados como parceiros. Ou seja, eles receberão nossa ajuda com informações sobre o potencial laborativo das pessoas deficientes, com assessoria na modificação de trabalhos e ambientes e com treinamentos sobre a nova empresa inspirada na filosofia da inclusão social. E, ao mesmo tempo, eles farão a parte deles, modificando suas empresas naquilo que for necessário e vantajoso para todos os trabalhadores, incluindo o portador de deficiência

Para o empresário Rogério AMATO (1997: 07):

”quando se fala em inclusão social, pressupõe-se um senso de comunidade. É difícil imaginar a inclusão social no caos. É necessário que o empresário, o local onde se vive, seja de uma certa forma modificada, para que o senso de comunidade apareça”.

E ainda Amato quem afirma:

“As poucas experiências de inclusão no trabalho de alguns de nossos jovens têm demonstrado com absoluta certeza que as empresas que os acolheram se transformaram para o melhor. (...) Nós não estamos pedindo que se inclua um filho nosso com deficiência ou limitações num trabalho. Estamos oferecendo uma oportunidade para essa empresa galgar um patamar de qualidade”(ob. cit).

4. Vantagens do Portador de Deficiência

Pessoas com deficiências encaminhadas por entidades especializadas, tais como: centros de reabilitação, centros de habilitação, associações de pessoas deficientes, são geralmente aquelas que foram preparadas para a vida de trabalho. Essa preparação integra o processo de inserção econômica das pessoas com deficiência.

Uma vez devidamente preparadas, elas apresentaram qualidades pessoais que muitas vezes faltam nos candidatos que não são deficientes, simplesmente porque estes não passam por certos programas que, no caso dos portadores de deficiência, podem existir tanto em boa parte das entidades sociais como em algumas organizações de pessoas deficientes, segundo BATISTA (et al, 1997) em Educação Profissional e Colocação no Trabalho

Nesta obra são salientados alguns programas que surgem com a expectativa de auxiliar na inserção do deficiente no mercado de trabalho e em que cada um deles consiste, tornando-os possíveis e flexíveis o seu desenvolvimento. A saber:

a) Programa de Avaliação para o Trabalho

Este programa trata do levantamento das potencialidades do portador de deficiência, especificando o grau de capacidade para a execução de uma tarefa ou desempenho de uma função ou emprego.

b) Programa de Pré-Profissionalização

Este programa oferece uma variedade de experiências de trabalho em atividades práticas (horticultura, jardinagem, cartonagem, etc), complementares (teatro, educação física, música, etc)

c) Programa de Prontidão para o Emprego

Um programa de prontidão para o emprego é constituído por módulos práticos sobre: direitos e deveres do trabalhador, o desenvolvimento de habilidades de procurar emprego, como agir antes, durante e após as entrevistas de seleção, o preenchimento de fichas de solicitação de emprego, a apresentação visual para a entrevista, como reter o emprego e progredir na empresa, etc.

d) Programa de Treinamento em Assertividade

Um outro tipo de programa que ajuda na preparação profissional das pessoas com deficiência é o de treinamento em assertividade. Algumas pessoas, por serem naturalmente introvertidas ou por terem sido inferiorizadas devido à deficiência, ou por ambos os motivos, têm dificuldade de fazer valer a própria opinião. Quando confrontadas, elas acabam cedendo à vontade ou à opinião de outras pessoas. No treinamento em assertividade, estas pessoas fazem exercícios que lhes permitem adquirir uma nova perspectiva em sua vida, aprendendo a

expressar com naturalidade seus pensamentos, seus ensinamentos, suas convicções e suas idéias.

e) Programa de Emprego Apoiado

Mesmo pessoas portadoras de uma deficiência (física, mental, auditiva, visual ou múltipla) em grau severo podem hoje competir dentro do mercado de trabalho após passar por um programa de emprego apoiado.

1. Principais Aspectos do Emprego Apoiado

SASSAKI (1995) explica que o programa de emprego apoiado é instalado dentro da instituição e através dele o portador de deficiência é colocado na empresa primeiro e é treinado em seguida na própria função. Processo designado como “colocar-treinar”, que é o inverso do processo tradicional de treinar primeiro e colocar depois. O emprego se chama “apoiado” ou “com apoio” porque o pretendente a esse emprego recebe o apoio individualizado e contínuo pelo tempo que for necessário para que ele, devido à severidade da sua deficiência, possa obtê-lo, retê-lo ou obter outros empregos no futuro, se for o caso.

No passado, inicialmente concentrado em atender os portadores de deficiência mental e as pessoas com deficiência em seu desenvolvimento, os programas de emprego apoiado conseguiam mais vagas no setor de serviços (por exemplo: supermercados, restaurantes, hotéis, lanchonetes, bancos, etc). Mas hoje os empregos apoiados são conseguidos em quase todos os setores e níveis de trabalho. E o movimento de emprego apoiado, ao longo de sua história, foi conquistando espaço para todos os tipos de deficiência, incluindo as deficiências múltiplas.

O emprego apoiado pode ser visto como um movimento recente na história dos movimentos de pessoas deficientes. Ele está voltado, de preferência, ao atendimento às

deficiências mais severas, exatamente aquelas que a sociedade e instituições assistenciais sempre relegaram à última prioridade. E quanto aos tipos de deficiência, o movimento de emprego apoiado defende a necessidade de atender a todos eles: mental, físico, visual, auditivo, múltiplo, os de dificuldades de aprendizagem e as deficiências de desenvolvimento (SASSAKI, 1995).

O processo de colocação em emprego apoiado propicia ao portador de deficiência severa a oportunidade de exercer o ato de fazer escolhas e tomar decisões quanto ao como, onde e o que fazer para suas necessidades profissionais, sociais, etc.

Nenhuma pessoa deficiente é rejeitada com base na severidade de sua deficiência. Esta característica se chama “rejeição zero” ou “exclusão zero” e é o inverso da tradicional prática adotada por entidades assistenciais para determinar a inelegibilidade de uma pessoa deficiente para certos serviços terapêuticos ou à própria instituição.

Os tipos de apoio variam de acordo com as necessidades de cada situação que se apresentar e podem ser providos por diversas pessoas: pela entidade, o treinador de trabalho e o conselheiro de reabilitação entre outros, pela empresa, os colegas de trabalho e o chefe dele. À família também cabe um importante papel de apoio ao trabalhador com deficiência severa.

À medida que for crescendo o número de empresas que oferecem vagas para emprego apoiado e for aumentando a pressão das organizações de portadores de deficiência pela adoção desta abordagem, as entidades assistenciais passarão por significativas mudanças em filosofia de trabalho, agenda de programas e serviços, contratação de pessoal técnico etc.

Nas considerações que Sasaki faz a respeito da inclusão no mercado de trabalho, podemos evidenciar que, esta inclusão, além de ser a porta para reduzir as desigualdades sociais, também será uma forma de transformar esta inserção não apenas social, mas impreterivelmente numa inserção econômica. Estamos longe de que esta inserção esteja acontecendo, porém dados estatísticos veiculados pela mídia têm mostrado um aumento até

que significativo no número de vagas para deficientes que estão sendo preenchidas devido ao cumprimento da lei a ser cumprida.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E O MERCADO DE TRABALHO

A Educação Especial vem galgando ao longo destes anos algumas mudanças ainda que tardia e timidamente no aspecto escolar, mas que a partir da Declaração de Salamanca (1994) na Espanha tem se buscado a transição escolar para a vida produtiva, promovendo-lhes a dignidade de usufruir de direitos que, até então, pertenciam a uma camada mais favorecida, porém hoje muito se fala deles e pouco se tem visto eficazmente. O processo de inclusão, exatamente por ser diferente da já tradicional prática de integração, desafia três importantes sistemas sociais comuns a efetuarem mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas.

1. Fases do Trabalho

A história da atenção educacional, segundo JONSSON (apud SASSAKI,1995:158), para pessoas com deficiência apresentam as fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

- **Fase da Exclusão**

Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas “possuídas por maus espíritos ou vítimas de sina diabólica” (ob. cit.).

- **Fase da Segregação Institucional**

Excluídas da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições orientadas por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. Ainda de acordo com JONSSON *ibidem*, foi neste contexto que emergiu, em muitos países, a “educação especial” para crianças deficientes, administradas por instituições voluntárias.

- **Fase de Integração**

Esta fase viu surgirem as classes especiais dentro de escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não “interferissem no ensino” ou não “absorvessem as energias do professor”, a tal ponto que o impedissem de “instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe (ob. cit).

- **Fase de Inclusão**

Pode-se perceber que boa parte da literatura pertinente às práticas inclusivistas na educação começou a surgir na década de 90, basicamente relatando experiências ocorridas a partir do final da década de 80.

Segundo MANTOAN (1997: 45), a Inclusão:

“ questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de mainstreaming. A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos que é

estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Ao analisar esta citação observamos o quanto tem sido falha a educação brasileira em relação às práticas inclusivas que vêm sendo adotadas por este sistema que deve priorizar a equidade no âmbito educacional, e não restringir-se somente aos alunos deficientes, mas um “olhar e escuta” a todos que se encontram inseridos no contexto educacional.

2. A Transição da Escola para o Trabalho

Aos poucos vão sendo lapidadas as velhas políticas sociais e também vão sendo elaboradas outras novas, mais compatíveis com a atual “filosofia independente”, isto é, todos os estudantes podem independente de suas capacidades se beneficiarem das aulas de educação que estão a cada dia menos dependentes de livros e mais existenciais, mais cooperativas, mais holísticas e mais multi-sensoriais. Atualmente, nossos educadores têm sugerido adaptações em suas salas de aula sem o menor “estardalhaço”, com o máximo de boa vontade e hospitalidade, não enfatizando e nem tampouco ignorando a deficiência de seus alunos, mas exigindo políticas inclusivas mais sérias que saiam do papel para a realidade de sala de aula priorizando o “saber fazer” e o “como fazer”.

Para se atingir tais condições, SASSAKI (1999) considera que caberá à escola:

- Preparar o aluno para o sucesso profissional e vida independente.
- Prover a profissionalização.
- Promover programas de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos da vida profissional e vida independente.

- Sensibilizar todos os funcionários de todos os níveis, oferecendo-lhes treinamentos apropriados.
- Preparar a comunidade para incluir nela o futuro trabalhador.
- Sensibilizar as empresas, entidades e órgãos da comunidade, através de palestras, exposições, visitas e outros eventos.

3. Idéias sobre Educação Inclusiva

Segundo o Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional, 1994 a Educação Inclusiva se define por uma provisão de oportunidades iguais a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade.

Por que precisamos da Educação Inclusiva? De acordo com SASSAKI (1999):

- As pesquisas indicam que pouca coisa existe no atual projeto da Educação Especial que faça alguma diferença para estudantes considerados portadores de deficiência.
- Separado não é igual, ou seja, a segregação de crianças negras é tão inaceitável quanto a segregação de crianças definidas como portadoras de deficiência.
- O princípio fundamental da Educação Inclusiva é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana.
- A Educação Inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o ‘pertencer’ é um direito.

Frente a estas considerações, entendemos que a Educação Inclusiva está no processo de aceitação frente às mudanças que ocorrem em nossa sociedade, mas temos que conscientizar nossos alunos da diversidade existente e como a equidade de oportunidades para todos deve estar presente em nosso planejamento e no projeto político pedagógico da escola.

CAPÍTULO IV

O COMPROMISSO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCISCO MORATO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para ilustrar nossas argumentações sobre o que tratamos acerca da Educação Inclusiva escolhemos o município de Francisco Morato localizado na parte noroeste da Grande Região Metropolitana de São Paulo, com distância, em linha reta, de 30,5Km até a Capital do Estado; 41Km de ferrovia e 55Km de rodovia. Os limites de Francisco Morato são: Norte - Campo Limpo Paulista; Nordeste - Atibaia; Oeste, Sul e Leste - Franco da Rocha. Como área total urbana 45Km², uma população estimada em 200.000 habitantes, com uma taxa de urbanização 99,88% , densidade demográfica de 4,444 hab/ Km² e crescimento médio anual da população de 5,45% (Fontes-IBGE-SEADE-2000).

Desde setembro de 2003, o município conta com o Plano Municipal de Educação que norteia a política educacional, contemplando diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, procurando racionalizar e tornar eficiente o uso de recursos, estabelecendo prioridades nas políticas educacionais para atender às necessidades da população moratense nos próximos dez anos. A elaboração do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação atende aos compromissos internacionais firmados pelo governo brasileiro na Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em 1993, em Jomtien, na Tailândia.

A Educação Especial sendo uma modalidade de educação escolar, é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais

especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior.

Entende-se por inclusão o avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressuponha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns. A inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo, é fazer com que a escola se torne inclusiva, no espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

Estima-se que no Brasil tenhamos hoje 15 milhões de pessoas com necessidades especiais, porém dados fornecidos pelo Censo Escolar 1999 mostram números tão baixos que não permitem qualquer confronto com este contingente.

Abaixo, apresentamos os dados coletados pela Superintendência dos Negócios da Educação e Cultura de Francisco Morato em setembro de 2007, em relação aos alunos deficientes atendidos na Rede Municipal:

Tabela 1

Rede de Ensino	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	CEJA	Total
Municipal	03	12	91	58	164

Fonte: Superintendência dos Negócios da Educação e Cultura do Município de Francisco Morato-2007.

No ano de 2007 encontra-se um total de 85 alunos de inclusão na rede municipal e 79 nas salas especiais das unidades municipais, totalizando, assim, 164 alunos portadores de necessidades especiais que estão sendo atendidos. Tendo em vista esta realidade, podemos constatar ainda um déficit muito grande em relação aos que não são identificados ou que estão recebendo atendimento fora do município.

Diante desta precariedade vista no município, faz-se necessário a criação de um Centro de Reabilitação para Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais para daqui a três anos, previsto no Plano Municipal de Educação, isto se as políticas públicas instauradas após esta data permanecerem com o mesmo objetivo diagnosticado por todos os profissionais da educação e comunidade inserida nesta modalidade de ensino. Apesar da inclusão de crianças e jovens portadores de deficiência na rede regular de ensino ser um direito garantido pela Constituição Federal, para que ela realmente se efetive é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitá-la. Sabemos que a assimilação de novas informações e novos conceitos, visando à modificação de comportamentos e atitudes, depende tanto do desenvolvimento cognitivo quanto emocional. Trabalhamos efetivamente em cima de dados palpáveis, iniciando um diálogo a partir de vivências concretas com pais, alunos, professores e suporte pedagógico inseridos no processo educacional, auxiliando-os no fortalecimento das relações estabelecidas entre a escola e as famílias participantes e ativas no processo de desenvolvimento dos cidadãos portadores de necessidades especiais.

Foi abraçando este trabalho que hoje temos um número maior de alunos incluídos na rede municipal, pois necessitamos de uma mola mestra que se torne o alicerce da construção de uma sociedade democrática, que sem dúvida alguma é a figura representada pelo professor. Por isso investimos em capacitações mensais que refletem a dialética do processo inclusivo na rede municipal, formando assim uma consciência social, caso contrário teríamos uma consciência generalizada com a ausência de informações e conhecimentos a respeito das deficiências.

Atualmente, temos o conhecimento de que os professores deste município adquiriram conceitos importantes a respeito das diversas deficiências. O que parecia mito hoje é a nossa realidade, pois conseguimos ao longo desses quatro anos capacitar professores comprometidos com o processo inclusivo. Temos conosco em um trabalho integrado, a

Secretaria de Saúde Municipal que vem nos auxiliando no atendimento especializado por toda equipe multidisciplinar.

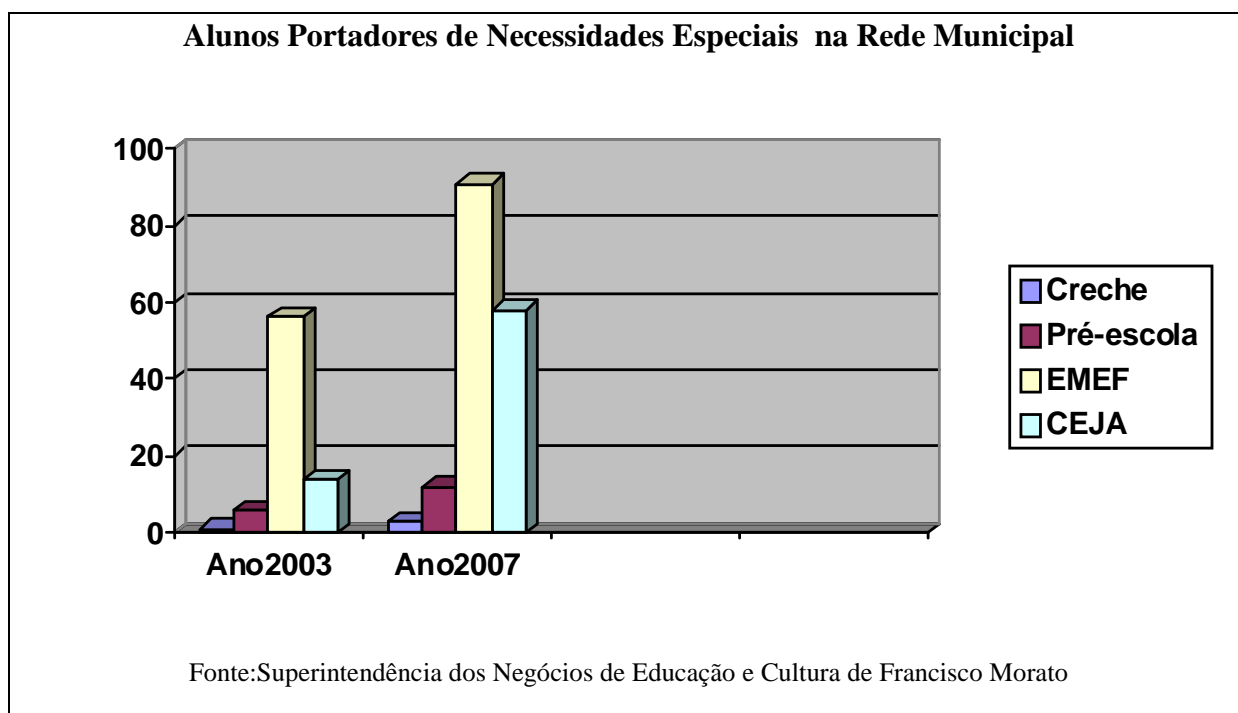
De acordo com o Censo Escolar/2007, o sistema de cadastro de alunos da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo considera os procedimentos de manutenção da ficha do aluno a fim de garantir informações precisas segundo os dados da Organização Mundial da Saúde. A OMS conceitua as deficiências em:

- Visuais - é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho após a correção ótica manifestando-se como cegueira ou visão reduzida.
- Auditivas - perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido, sendo surdez leve ou moderada, surdez severa ou profunda.
- Físicas - perda parcial do tônus muscular, comprometendo em muitos casos a área cognitiva. Desenvolve-se a partir de causas natais, perinatais ou pós-natais.
- Mentais - refere-se ao funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, origina-se durante o período de desenvolvimento associado à deteriorização do comportamento adaptativo. Deficiência no aprendizado com fraco desempenho acadêmico.
- Múltiplas - apresenta mais de uma área comprometida, podendo ser mental e física, auditiva e mental.
- Distúrbios de conduta - pode ser manifestado a partir de comportamentos inadequados frente a determinado tipo de situação; aqui se encontram os portadores de doenças como: esquizofrenia, psicoses, neuroses.
- Transtorno Invasivo de Desenvolvimento - manifestações típicas de comportamento de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos que

ocasionam atrasos no desenvolvimento, o que acarretará prejuízo no desenvolvimento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

O gráfico, a seguir, mostra os dados referentes aos alunos portadores de necessidades especiais na rede municipal de Francisco Morato no ano de 2003, após a municipalização, e em 2007, após alguns investimentos em materiais pedagógicos e capacitação dos professores. Pode-se observar o aumento significativo de crianças, jovens e adultos portadores de necessidades educacionais especiais que se encontram inclusos neste ano, envolvendo um trabalho de todos os profissionais da educação, uma vez que o sistema tem que ser revisto por todos e para todos.

Gráfico 1



O município mantém as seguintes modalidades de ensino divididas de acordo com a faixa etária, ou seja, na creche as crianças matriculadas tem idade de zero aos 3 anos, na pré-escola de 3 aos 6 anos, no Ensino Fundamental I com idade de 6 aos 14 anos e na Educação de Jovens e Adultos acima de 15 anos.

Sabemos, enquanto educadores, que enfrentar esse desafio é condição essencial para

atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos que almejam o seu desenvolvimento e progresso.

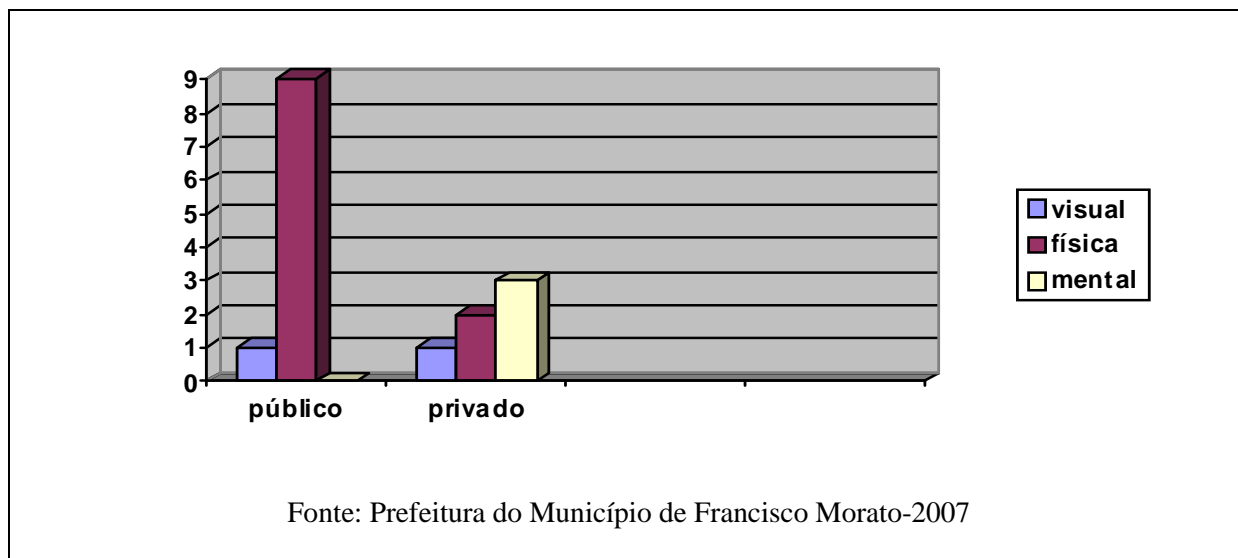
Com base no reconhecimento existente na população escolar de Francisco Morato e na necessidade de respeitar e atender a essa diversidade, temos buscado dimensionar esta diversidade e alcançar novos caminhos perspectivas através das adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente, adequando ações educativas às maneiras peculiares de nossos alunos.

Quanto ao trabalho, propriamente dito, de indivíduos munícipes portadores de deficiências, solicitamos junto à Prefeitura de Francisco Morato os nomes dos funcionários e seus respectivos setores onde trabalham. Com esses dados elaboramos um gráfico a respeito do tipo de deficiência; também consideramos se cada um deles presta serviço na área pública ou privada dentro desse município.

Foram entrevistados 10 funcionários públicos nos diversos departamentos da Prefeitura de Francisco Morato e 6 funcionários da rede privada em serviço no comércio, que através de questões objetivas contribuíram para este estudo. Segue o questionário elaborado por nós contendo os dados pessoais, o grau de escolaridade, o tipo de deficiência e questões subjetivas que questionam o entrevistador a pensar sobre a sociedade, na qual se encontra inserido, questionando se esta é ou não inclusiva, se o conhecimento a respeito das diversas deficiências por parte da sociedade auxilia o processo inclusivo e a ruptura de paradigmas; e ainda se vivemos numa sociedade preconceituosa ou não e por fim quais são as maiores dificuldades encontradas por ele em relação ao mercado de trabalho nesse município.

Os dados coletados encontram-se no gráfico a seguir:

Gráfico 2



Dos 16 funcionários (públicos e privados), 12 considerou a sociedade na qual fazem parte não inclusiva, mas a mesma proporção diz que o conhecimento tem força para auxiliar na ruptura de paradigmas e 14 dos entrevistados consideram a sociedade preconceituosa em relação ao deficiente.

Segundo nossa pesquisa iniciada em 2007 e finalizada em 2008 aponta o relato dos entrevistados em que as barreiras arquitetônicas ainda são consideradas as mais difíceis a se transporem, pois não podemos nos esquecer que o município de Francisco Morato localiza-se numa área acidentada, com muitos morros, o que dificulta, e muito, o acesso do cadeirante na convivência social e, indubitavelmente, a inserção desse cidadão no contexto social.

O importante é que o resultado desse nosso estudo possibilite uma reflexão da realidade atual, visando futuras transformações nas políticas sociais em todos os níveis (político, governamental, comunitário, individual) de modo que possa ser criado um sistema que efetivamente adote a não apenas integra, mas que democraticamente adota a pessoa portadora de necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema estudado e proposto para este trabalho abordou aspectos de uma sociedade que se diz igualitária, democrática e inclusiva, mas que ao longo deste, propiciou uma visão socialmente excludente quando se trata dos menos favorecidos e o controle social da classe dominante ainda predomina. Apesar desta diversidade, em que valores e crenças são tão fortes e a resistência a mudanças gera tantos conflitos e dúvidas, surge o indivíduo que sofre, porém este sofrimento não pertence apenas a ele, mas também à intersubjetividade imposta socialmente.

Como foi possível observar a inclusão do portador de necessidades especiais no mercado de trabalho do Município de Francisco Morato advém das possibilidades de adequar as práticas inclusivas com a realidade existente em nossa sociedade.

Dar um novo significado à sociedade inclusiva é o desejo de todo cidadão que respeita as diversidades existentes, porém requer esforços de diversos segmentos que a compõem. Sabemos que a mudança não ocorrerá num passe de mágica, porém acreditar que é possível tê-la faz parte da alentadora perspectiva que permeia todo o processo social.

A Psicologia Social vem nos auxiliando a compreender a identidade dos seres humanos e as atribuições dadas pelo grupo social no qual estão inseridos. O portador de necessidades especiais carrega consigo um estigma social que o deixa em vários aspectos à mercê dessa mesma sociedade.

No Brasil, a inclusão vem sendo praticada em pequena escala por algumas empresas, porém, mesmo que intuitivamente, já estão adotando uma abordagem inclusivista. Uma empresa inclusiva é aquela que acredita no valor da diversidade humana, contemplando as diferenças individuais e efetuando mudanças nas práticas administrativas que, para tanto, buscam informações pertinentes ao princípio inclusivo.

Acreditamos na inclusão em nosso país e esperamos, sinceramente, que ela ocorra no município de Francisco Morato, pois já basta a exclusão que o deficiente sofre pela desigualdade econômica e pela topografia acidentada municipal, o que dificulta e muito a sua inserção na comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Rogério P.C. “A visão do empresário sobre o trabalho da pessoa com síndrome de Down. In: *II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down*, Brasília, 1997.

BATISTA, Cristina; BORGES, Maria do Rosário; BRANDÃO, Tânia ET AL. *Educação Profissional e Colocação no Trabalho*. Brasília: Federação Nacional das APAES, 1997.

CORREIA, C. A.” A integração do deficiente ao mercado de trabalho: uma conquista social”. *In Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, V. XI, n.34, dez.1990.

LANE, S.T.M. *O que é Psicologia Social?* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

_____ *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MANTOAN, M.T.E. *A integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: SENAC, 1997.

PICHON RIVIÈRE, E., *El Proceso Grupal*. 5ªed.. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1980.

SASSAKI, R.K. *Emprego Apoiado*. São Paulo, 1995. 5p.apost.

_____ *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1999.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão*. 5ªed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994. Genebra, 1994.

Site Consultado:

BOCK, A.M.B. *Quem é o homem na Psicologia?* Disponível em: <http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/faculdades/psicologia/homem.html> > Acesso em 02/08/07.